

Parlamentaristas rebatem pressão dos governadores

Do enviado especial a Brasília



Neutralizando desde já a pressão que os governadores procuram exercer para que suas bancadas no Congresso Constituinte votem pela manutenção do presidencialismo, o grupo parlamentarista na Comissão de Sistematização, encabeçado pelo senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), já dispunha ontem à tarde de 61 assinaturas de propostas estipulando a implantação do parlamentarismo, nos Estados, apenas em 1991. Como os mandatos dos atuais governadores estarão expirando em março daquele ano, apenas seus sucessores teriam seus poderes amputados por suas respectivas Assembleias Legislativas. Essa concessão caminha parale-

Da Sucursal de Brasília

lamente a outra proposta, ainda não formalizada por escrito, através da qual o mesmo grupo de constituintes se mostraria disposto a permitir que o presidente José Sarney exercesse um mandato de cinco anos dentro do sistema presidencialista, de acordo com posição abertamente expressa pelo Planalto. Trata-se da adaptação da emenda parlamentarista do senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), que previa seis anos para Sarney e mudança de forma de governo a vigorar apenas após a posse do novo presidente. (João Batista Natali)



Se trabalhadores e empresários não chegarem a um acordo sobre a estabilidade, a proposta que obtiver a adesão de 47 dos 93 parlamentares da Comissão de Sistematização, sairá vitoriosa do plenário. Anteontem, durante a tarde e o início da noite, os empresários estiveram reunidos com o presidente do PMDB e do Congresso Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), e com os líderes Fer-

nando Henrique Cardoso (PMDB-SP), no Senado, e o deputado Euclides Scalco (PMDB-SP) — líder interno no Congresso Constituinte. O senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), serviu de intermediário.

MUP, PCB e PC do B; e a dos empresários, apresentada pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs). "O negócio é saber se a gente tem pernas" disse em alto tom — ouvido do lado de fora da porta — um interlocutor não identificado que participou do encontro a portas fechadas (de mais de duas horas), entre Albano Franco, Mário Amato, Afif Domingos (PL-SP), Luis Roberto Ponte (PDS-RS) e Fernando Gasparian (PMDB-SP). Se não conseguirem a total adesão dos setores à direita do PMDB e de partidos como o PL, PFL, PDS e PTB, em maioria, os empresários

provavelmente vão sair perdendo. Os trabalhos de cooptação de votos já estão sendo articulados intensamente, já que o fracasso das negociações entre empresários e trabalhadores é iminente. Prova disto, é a diversidade de siglas que começam a ganhar voz em encontros onde as partes interessadas já não sentam mais na mesma mesa.

Se os trabalhadores conseguirem a esperada adesão do grupo de Scalco, a vitória será deles. A batalha é complicada. Se ambos os lados saírem derrotados, fica o texto de Bernardo Cabral (PMDB-AM). Ele garante o princípio da estabilidade, com ressalvas, e determina jornada de 48 horas.

Letras Jurídicas

O "polimento" da Constituição

WALTER CENEVIVA
Da equipe de articulistas da Folha

Tancredo Neves disse e tem sido repetido — porque é verdade — que a Constituição não é trabalho exclusivo dos juristas. Ao contrário, deve preponderar na Carta Magna tudo o que for compatível com as aspirações gerais do povo, voltadas para o bem da coletividade, no justo equilíbrio entre o Estado e o indivíduo, realidades em que o lado jurídico se submete ao social, ao econômico, ao político.

Há, contudo, no trabalho criativo constitucional, um momento em que a figura dos juristas assume preponderância absoluta. Chegada a hora do "polimento" final, quando cumprido o presente esforço preparatório, serão os trabalhadores do direito que terão de dar a última palavra, preocupados em serem técnicos e, simultaneamente, em não desnaturarem a vontade geral dos representantes do povo.

O leitor sabe, mesmo em meio ao enorme circo em que o debate foi transformado, que o avanço constituinte para o texto final se faz por partes. Houve uma caminhada valerosa no sentido de sistematizar as alternativas. Contudo, a pressão das conveniências políticas (pressão legítima e conveniente, de todos os segmentos da sociedade) gera dispositivos que podem ser conflitantes com outros, inseridos em capítulos diversos, através de diferentes grupos de pressão.

Será, pois, necessário compatibilizar artigos e parágrafos que, voltados para assuntos similares, digam coisas diferentes ou provoquem interpretações conflitantes, em questões que, no futuro, serão levadas aos tribunais. Para proteção do direito, resguardo da Justiça e para garantia da paz social, convém evitar contrastes que tornem incerta a aplicação do direito aos casos concretos que surgirem, depois de aprovada a nova Constituição.

Na hora de dar o acabamento, a figura do jurista habilitado e técnico se imporá, contribuindo com os mecanismos gerados por sua profissão, para o aperfeiçoamento de quanto tenha sido produzido, na Constituinte.

O mais competente dos juristas brasileiros na anotação sistemática da lei, na referência cruzada dos dispositivos envolvidos e da interpretação que tem encontrado nos tribunais é Theotônio Negrão. Escrevi dele, nesta mesma Folha, há alguns anos, que atingiu a suprema glória de se transformar em substantivo comum. Foi quando, na Forense do Largo de São Francisco, ouvi uma pessoa pedir a Maria, a vendedora: "Me dá um Negrão". Era ainda o tempo em que Pelé jogava nos Estados Unidos, mas ninguém teria dúvida, no mundo jurídico, sobre a pessoa referida. O comprador queria o Código de Processo Civil anotado, de Theotônio. Maria não teve dificuldade.

Negrão, que comemora, nesta semana, cinquenta anos de atividade profissional, exemplifica o que quero dizer, sobre a Constituição. Terminado o repasse geral do texto da Carta Magna, mas antes que ela seja sancionada e entre em vigor, será imprescindível um trabalho completo de referência cruzada e de anotação de todos os seus dispositivos, eliminando os contrastes — antinomias, para juristas e filósofos —, compatibilizando os efeitos, de modo a criar um produto final uno, estruturado, sólido. Provido de tais qualidades, será um texto duradouro, como querem os brasileiros. Politicamente vigoroso e ajustado à realidade nacional. Bem escrito. Por bons juristas.